



## SEÇÃO LIVRE

**Educação antirracista: um olhar para as escolas públicas em Cabo Verde***Anti-racist education: a look at public schools in Cape Verde**Educación antirracista: una mirada a las escuelas públicas de Cabo Verde***Eugénia da Luz Silva****Foster<sup>1</sup>**[orcid.org/0000-0002-0807-0789](https://orcid.org/0000-0002-0807-0789)[daluzeugenia6@gmail.com](mailto:daluzeugenia6@gmail.com)**Elivaldo Serrão****Custódio<sup>1</sup>**[orcid.org/0000-0002-2947-5347](https://orcid.org/0000-0002-2947-5347)[elivaldo.pa@hotmail.com](mailto:elivaldo.pa@hotmail.com)**Recebido em:** 29 jun. 2024.**Aprovado em:** 13 fev. 2025.**Publicado em:** 22 jul. 2025.

**Resumo:** O presente texto tem por objetivo lançar um olhar preliminar sobre as possíveis ações educativas com vistas à inclusão das diferenças socioculturais e ao combate ao racismo em escolas na República de Cabo Verde. Além de breve contextualização histórica que nos ajudou, ainda que brevemente, a entender a suposta rejeição do cabo-verdiano ao africano do continente, bem como o processo de constituição da sua própria identidade, a pesquisa, de modo geral, tem como foco principal aquilatar políticas curriculares e ações efetivas nas escolas, com vistas à inclusão das diferenças e da diversidade sociocultural nesse país. Para isso, adentra no cotidiano de escolas, no sentido de mapear, caracterizar e analisar as abordagens realizadas sobre o tema. Trata-se de um estudo qualitativo exploratório reflexivo que adotou a pesquisa bibliográfica, a análise documental, a observação direta e a entrevista semiestruturada com professores como forma de investigação. Para a análise dos dados, debruçamo-nos na análise de conteúdo a partir dos estudos de Bardin (2016). Os resultados apontam que os professores entrevistados apresentam uma compreensão bastante clara da questão da diversidade sociocultural crescente no país, porém também sinalizam limitações em termos da definição de políticas que os auxiliem nos encaminhamentos da questão das diferenças socioculturais e seus desdobramentos.

**Palavras-chave:** políticas educacionais; educação antirracista; escola pública; Cabo Verde.

**Abstract:** This text aims to take a preliminary look at possible educational actions with a view to including sociocultural differences and combating racism in schools in the Republic of Cape Verde. In addition to a brief historical contextualization that helped us, albeit briefly, to understand the supposed rejection of Cape Verdeans towards Africans from the continent, as well as the process of constituting their own identity, the research, in general, has as its main focus on assessing curriculum policies and effective actions in schools, with a view to including sociocultural differences and diversity in this country. To do this, it enters the daily lives of schools, in order to map, characterize and analyze the approaches taken on the topic. This is a reflective exploratory qualitative study that adopted bibliographical research, document analysis, direct observation and semi-structured interviews with teachers as a form of investigation. To analyze the data, we focused on content analysis based on studies by Bardin (2016). The results indicate that the interviewed teachers have a very clear understanding of the issue of growing sociocultural diversity in the country, however, they point to limitations in terms of defining policies that help them address the issue of sociocultural differences and their consequences.

**Keywords:** Educational Policies; Anti-Racist Education; Public School; Cape Verde.

**Resumen:** Este texto tiene como objetivo dar una mirada preliminar a posibles acciones educativas con miras a incluir las diferencias socioculturales y combatir el racismo en las escuelas de la República de Cabo Verde. Además de una breve contextualización histórica que nos ayudó, aunque sea brevemente, a comprender el supuesto rechazo de los cabo-verdianos hacia los africanos del continente, así como el proceso de constitución de su propia identidad, la investigación, en



<sup>1</sup> Universidade Federal do Amapá (Unifap), Macapá, Amapá, Brasil.

general, tiene como eje principal sobre la evaluación de políticas curriculares y acciones efectivas en las escuelas, con miras a incluir las diferencias y diversidad sociocultural de este país. Para ello, se adentra en la vida cotidiana de las escuelas, con el fin de mapear, caracterizar y analizar los enfoques adoptados sobre el tema. Se trata de un estudio cualitativo exploratorio reflexivo que adoptó como forma de investigación la investigación bibliográfica, el análisis de documentos, la observación directa y entrevistas semiestructuradas a docentes. Para analizar los datos nos centramos en el análisis de contenido basado en estudios de Bardin (2016). Los resultados indican que los docentes entrevistados tienen una comprensión muy clara del tema de la creciente diversidad sociocultural en el país, sin embargo, señalan limitaciones en cuanto a definir políticas que les ayuden a abordar el tema de las diferencias socioculturales y sus consecuencias.

**Palabras clave:** políticas educativas; educación antirracista; escuela pública; Cabo Verde.

## Introdução

As questões discutidas no presente trabalho são frutos de reflexões realizadas no âmbito de uma pesquisa, em andamento, na República de Cabo Verde. Ao mesmo tempo, um desdobramento de nosso envolvimento com o tema das relações raciais através do Grupo de Pesquisa Educação, Interculturalidade e Relações Étnico-Raciais, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Acreditamos que é preciso trabalhar para que a escola crie espaços de diálogo entre as diferentes experiências educacionais e culturais que estão acontecendo no seu seio e o conhecimento oficial, uma vez que essas, muitas vezes, não são reconhecidas na sua potência transformadora. E esse diálogo possibilita à escola (re)pensar seu papel na contemporaneidade. A pesquisa tem nos proporcionado a oportunidade de podermos captar os movimentos instituintes<sup>2</sup> que emergem no cenário educativo nesses países e que vêm dando um novo tratamento à questão das diferenças socioculturais e raciais, além do combate ao racismo, tendo em vista dar um peso maior às teses que defendemos.

De um modo geral, a presente pesquisa visa

analisar a questão das políticas educativas antirracistas e inclusivas das diferenças socioculturais em escolas públicas da República de Cabo Verde, buscando aquilatar suas construções históricas, singularidades, e configurações atuais.

O estudo iniciou-se com uma pesquisa qualitativa exploratória, tendo em vista que esta nos possibilitou fazer levantamento bibliográfico, análise de documental, observação direta e entrevista semiestruturada com professores (Oliveira, 2008). O trabalho pauta-se também em uma abordagem qualitativa reflexiva (Melucci, 2005). Quanto aos dados, foram analisados por meio da análise de conteúdo, segundo Bardin (2016).

A pesquisa contou com uma estadia de três meses em Cabo Verde no ano de 2021, com a finalidade de apreender as especificidades locais, tendo em vista que esse país apresenta uma realidade marcada também por um fluxo imigratório de comunidades oriundas de países africanos, além das diferenças locais entre a população autóctone.

## Pistas para a compreensão do “racismo” cabo-verdiano

O arquipélago de Cabo Verde é constituído por dez ilhas e cinco ilhéus que perfazem uma superfície de cerca de 4033 km<sup>2</sup>. Situa-se ao largo do Oceano Atlântico, entre o Trópico de Câncer e o Equador, a mais ou menos 455 km da costa ocidental africana, entre o Senegal e a Maurítânia. Desde a sua descoberta pelos portugueses, em 1460, Cabo Verde constituiu um importante entreposto de venda de escravos vindos do continente africano. O domínio português estendeu-se de 1467 até a independência, em julho de 1975.

Se existe racismo na sociedade cabo-verdiana e como esse processo se manifesta na escola tensionada por políticas e práticas mais inclusivas é o que se pretende ainda continuar a investigar. Consideramos que o racismo, nas suas múltiplas

<sup>2</sup> Por “experiências instituintes”, estamos entendendo aqueles movimentos que acontecem dentro da escola, estimulados por decisões legais ou não, mas que buscam seguir na contramão da memória padronizada, homogênea e linear. Movimentos que buscam trilhar caminhos de solidariedade, de retomada de memórias de lutas do passado que, reacendidas em projetos do presente, podem ajudar a projetar outro futuro. Uma memória que se entrelaça com narrações para recriar o conhecimento, ressignificar saberes, vivências e experiências, respeitar diferenças e promover a inclusão (Linhares, 2006).

dimensões, envolve tanto as práticas explícitas quanto as sutilezas que residem nos afetos e nas emoções de negação, no imaginário político e cultural.

Tais dimensões ainda são de pouca visibilidade e pouco interesse da pesquisa no sentido de ampliar sua compreensão e possibilitar sua intervenção; enfim, domínios sutis que constituem esconderijos pouco admitidos e muito menos enfrentados. Urge aproximar dessas fontes pouco exploradas que são as sutilezas, ler as entrelinhas das atitudes, dos gestos e das linguagens.

Nessa perspectiva, indagamos e temos procurado investigar as formas através das quais se perpetua na escola um imaginário que ridiculariza a negritude; um imaginário que habita a escola e o coração do professor e no qual o outro é visto como anormal. Nossa trajetória de pesquisadores tem nos mostrado que, de modo geral, os professores e os outros sujeitos que fazem a escola não se declaram racistas, mas promovem uma escola racista, em um processo no qual a cognição aparece divorciada dos afetos. E que o racismo se esconde e se metamorfoseia em formas que reconhecemos como sutilezas que só podem se tornar legíveis quando estre-mecemos o cotidiano na sua familiaridade. Por outro lado, temos consciência de que o espaço da contradição também existe e que pode ser captado nos projetos de valorização da diversidade sociocultural e em outros de valorização da identidade negra.

Foi com tal intenção que buscamos nos aproximar da realidade cabo-verdiana: indagando-nos se as manifestações de rejeição aos africanos do continente podem ser consideradas racismo; e, em caso afirmativo, como o sistema educativo vem procedendo no sentido da implementação de políticas para promover a sua ultrapassagem.

Para iniciar esta reflexão, recorreremos em primeiro lugar à nossa memória evocativa de situações do cotidiano vividas, ouvidas, narradas e percebidas, por mais corriqueiras que aparentem ser, mas que sugerem sinais de um imaginário negativo construído pelo cabo-verdiano sobre a África, e que é disseminado até hoje no seio

da população.

Assim sendo, e como elemento que mais nos motivou a nos debruçarmos sobre este tema, não poderíamos deixar de mencionar como ponto de partida para a análise do "racismo cabo-verdiano" alguns aspectos da nossa trajetória.

Como cabo-verdiana que se deslocou para o Brasil, a fim de realizar estudos superiores, ao abrigo de um acordo de cooperação entre Cabo Verde e Brasil, a compreensão do contexto racial brasileiro foi o primeiro passo para compreender essas construções históricas e constatar que nelas podemos perceber aproximações e diferenças. Um exemplo bastante claro diz respeito à nossa dificuldade em adotar um posicionamento mais político sobre a questão racial neste país: um distanciamento com que encarávamos a realidade do negro brasileiro. A que se devia esse distanciamento? Seria pelo simples fato de não sermos brasileiros e como tal desfrutarmos de uma posição mais confortável? Ou seria porque como mestiços e crioulos nos víamos diferentes dos negros?

Passamos a acreditar que, ao lançarmos um olhar mais crítico para nossa trajetória em Cabo Verde, talvez pudéssemos perceber as razões de os cabo-verdianos proferirem expressões negativas, de cunho racista, em relação aos negros do continente africano. Recorremos agora à memória para recordar situações em que era patente uma ojeriza à África e aos africanos do continente. Um exemplo bem elucidativo remonta à época imediatamente posterior à independência das colônias portuguesas na África que provocou uma forte migração de guineenses para Cabo Verde: *"Cuidado com aqueles macacos! Esse pessoal é envolvido com magia negra, há que se ter muito cuidado com esses negros!"* Ou, então, *"Essa negrada só veio para acabar com a nossa terra"*.

Ainda hoje ouvimos reclamações por parte de pessoas negras de outros países africanos que afirmam serem os cabo-verdianos extremamente racistas. *"E isto por vocês não serem brancos! Imagine se o fossem!"* – concluem outras. E por aí vão as críticas a um suposto racismo cabo-verdiano, cujas conexões com o processo de construção da

nossa identidade crioula, a nosso ver, ainda não foram suficientemente aquilatadas e que podem estar na base das dificuldades de o cabo-verdiano aceitar e valorizar as diferenças em relação a outros povos do continente africano. Estaríamos corroborando as mais pessimistas análises que postulam serem os mestiços, talvez, os mais racistas dos racistas, pois negam a própria "raça" por se considerarem etnicamente superiores?

Era preciso, portanto, e com urgência, rever uma série de convicções adquiridas em Cabo Verde. No entanto, o processo de tomada de consciência não foi também simples; ao longo dos anos, implicou um lento envolvimento com o tema das relações raciais, a fim de compreender a cabo-verdianidade que aparentemente estaria na base da nossa recusa em nos envolvermos com a questão racial brasileira.

Adentrar no âmbito dos debates sobre o ser negro no Brasil envolvia, assim, discernir de forma dolorosa que não éramos muito diferentes dos negros brasileiros e que, agora com olhos unidos teoricamente, talvez vissemos e vivêssemos o racismo como parte integrante desses outros discriminados. Da posição de *não é comigo*, passaríamos à posição *também é comigo*. Ou seja, apostatávamos no despontar de outra compreensão da identidade racial que, alargando aquela anterior, nos mostrava agora algumas lacunas que precisavam ser preenchidas ou, pelo menos, compreendidas.

Recorremos a uma matéria intitulada "Africanos no Mindelo" publicada em julho de 2013 em um jornal *on-line* denominado *Notícias do Norte*<sup>3</sup>, tendo como base depoimentos de africanos do continente que relatam as diversas situações de discriminação racial vividas em Cabo Verde, mais particularmente na ilha de São Vicente. O autor, José Almada Dias, aponta que a integração dos africanos do continente na cidade de Mindelo traduz-se em um sério problema social, tendo em vista que é claramente perceptível um distanciamento entre os crioulos e os nativos

africanos, sustentado pelo racismo e por práticas discriminatórias de base racial. Em dado momento da reportagem, o autor destaca uma frase proferida por um dos entrevistados: "O povo de Cabo Verde não conhece a África".

Em outro artigo publicado na *Revista Buala* por Moassab (2013), a autora indica a mesma linha de raciocínio, embora o texto trate de processos de expansão e de ocupação do território e da luta pela construção de uma identidade cabo-verdiana. Sigamos suas palavras: "[...] de ressaltar que o 'estrangeiro' valorizado, copiado e desejado é o branco europeu, em contraposição ao pejorativo imigrante" ou 'mandjaku'<sup>4</sup>, utilizado para designar os estrangeiros negros originários da costa africana" (Moassab, 2013). Dito de outra forma, a autora indica uma forte racialização identitária na qual o cabo-verdiano buscaria afastar-se do negro africano.

Cabo Verde apresenta-se como um país com forte tradição em termos de emigração, e atualmente vem recebendo um contingente de imigrantes oriundos de países do continente africano. Uma das razões para esse afluxo, para alguns estudiosos do assunto, deve-se à entrada em vigor, na década de 1990, do Protocolo de Livre Circulação de Pessoas e do Direito de Residência e Estabelecimento, no quadro da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), assinado em Dacar, em 1979, e ratificado por Cabo Verde em novembro de 1982 (Rocha, 2009).

A situação dos estrangeiros negros originários da costa africana, especialmente na cidade de Mindelo, tem sido motivo de acirrados debates acerca do racismo presente em Cabo Verde, uma vez que está atrelada às dificuldades que essa população tem encontrado para viver na ilha de São Vicente, de capital Mindelo.

Além dos processos discriminatórios relativos aos estrangeiros negros, internamente nos debatemos com a lendária rivalidade entre "sampadjudos" e "badius", sendo estes vistos

<sup>3</sup> Cf. <http://noticiasdonorte.publ.cv/15785/africanos-no-mindelo-do-outro-lado-do-muro-existe-gente-com-nome/>. Acesso em: 14 maio 2025.

<sup>4</sup> São reconhecidos como Mandjakus os imigrantes provenientes da costa ocidental da África.

de uma forma pejorativa por aqueles. As ilhas de Sotavento, historicamente, têm sido alvo de referências racistas, uma vez que, por terem sido as primeiras a serem habitadas, foram as que mais sofreram influência africana do continente. Expressões muito comuns como "Badiu" e outros termos outrora desabonadores são muito mais comuns do que se costuma imaginar, embora a expressão "Badiu" ("vadio", "vagabundo" em português) hoje, via de regra, apresente uma conotação contrária: os habitantes de Santiago hoje dizem-se Badius com orgulho. Mas são poucos os que apresentam essa consciência. Ainda pode se tornar extremamente ofensivo chamar um nativo de Santiago de "Badiu", devido à carga pejorativa que esse termo carrega. Os Badius, na realidade, eram escravos que tinham fugido e criavam no interior de Santiago – o equivalente a Quilombos no Brasil.

Mesmo entre os "sampadjudos", na sua suposta busca pela branquitude, o problema está colocado. Não é sem conflitos que encaramos a diversidade de tonalidades de pele, em sua gradação também reveladora do nosso "racismo", os aspectos fenotípicos como cabelo, nariz e outras características fenotípicas nas famílias cabo-verdianas sempre problemáticos porque reveladores da forma como nos vemos a nós mesmos. Em certas famílias, as crianças mais claras são, via de regra, tidas como mais bonitas.

Diferenças dentro de uma mesma família que muitas vezes podem até ser encaradas como meios de rejeição. Relatos comuns de preferência de um dos pais por seus filhos, cujos traços se aproximam mais do fenótipo branco, ou de sentimentos de rejeição de outros filhos diante da suposta preferência dos pais e mesmo da sociedade pelo membro mais "branco" da família são comuns em Cabo Verde.

Como nos tornamos racistas? Ou, melhor, como aprendemos a nos distinguir racialmente dos negros? Aqui recorro ao trabalho de Souza (1983) ao traçar o perfil psicológico do negro: a autora nos mostra, através de depoimentos, o modo como o sujeito negro se vê, o processo de introjeção de mitos e crenças negativas sobre si

mesmo, além de apresentar reflexões sobre as consequências desse processo na construção de uma autoestima.

A título de exemplo, transcrevemos o depoimento de uma professora da educação básica de São Vicente, ao ser indagada sobre sua identidade racial e sua prática pedagógica (Foster, 2015). Vejamos:

Eu tenho um pouco de português, um pouco de africano... eu sou crioula cabo-verdiana. Todos nós somos isso, não é? A identidade racial do cabo-verdiano é clara nesse aspecto. Somos crioulos, embora hoje nos confrontemos com outras questões, outras etnias que aos poucos vêm se misturando com a população. Assim, se antes tínhamos os 'sampadjudos' e os 'badius', hoje temos os europeus, os chineses e os famosos 'mandjakus'. Além da diversidade linguística temos de aprender a lidar com a diversidade cultural que está colocada cotidianamente no nosso trabalho, além das questões a ela associadas como o racismo.

Se recuarmos um pouco na história, é possível capturarmos alguns elementos históricos que podem nos ajudar a compreender a construção do imaginário negativo sobre a África e os africanos cujos desdobramentos estamos sentindo na relação com o outro. Um primeiro elemento importante é o olhar europeu sobre a África e os africanos, construído desde os primeiros contatos dos viajantes europeus sobre o continente negro e seus moradores, muito bem explicitado na literatura de viagens e que teria alimentado boa parte dos mitos e lendas sobre esse continente, inclusive justificando nosso distanciamento: um olhar desabonador. O diabo representado como um homem negro, e a cor negra associada à maldição. Para além de negro, os adjetivos "espantoso", "temeroso", "perigoso" são típicos da descrição do demônio e do inferno. Ou seja, circunstâncias que faziam da África "o continente de todas as bestialidades, o território de eleição do demônio" (Alencastro, 2000).

As grandes descobertas do século XV foram responsáveis por diversos mitos que legitimaram e justificaram a escravidão negra em circunstâncias que fizeram da África "o continente de todas as bestialidades, o território de eleição do demônio". Narrativas que se referiam à bestialização dos

negros, ao canibalismo e ao paganismo acabaram nutrindo argumentos ao tráfico negroiro.

Tomemos o exemplo de um trecho um tanto quanto longo, atribuído ao Conego Alves Mendes<sup>5</sup>, sobre a África para exemplificar a imagem desse continente que despontava no período, embora, como veremos mais adiante, ela seja tributária dos primeiros contatos entre viajantes europeus e os africanos, descrita em narrativas de viagens:

[...] Africa, a região misteriosa que parece um enorme jeroglyphico escripto sobre a terra; Africa, a região das castas oppressoras e das planuras uniformes, logra actualmente um privilégio bem singular; attrahe na Europa as vistas de todos quantos pensam, porque incende as ambições de todos quantos governam. O mundo policiado convenceu-se, enfim, de que esse bravo e invio território, tido e havido qual horrido forno de cal, onde se tostam raças primitivas como os negros ou raças degeneradas como os beduinos, encelleira ubérrimos recursos ao commercio e favoneia amplísimos espaços á civilisação.

[...] o ministerio civilizador da Africa – esse ministerio transcendental e sublime que pende a evocar á vida do pensamento e do direito infinitos entrel... – é ministério de alta religião e de alta humanidade. E se não pôde negar-se que, segundo a lei historica, aos povos superiores incumbe a tutela e a cultura dos povos inferiores, é evidentíssimo que semelhante ministerio deve recair de molde nas raças latina ou germânica – nas duas grandes raças europeias. Ora, entre os povos da expansiva raça latina, nenhum, por seus feitos e por suas tradicções, mais auctorizado para moderar e polir o continente africano, que o povo portuguez.

[...] Façamos, pois, este acto de indeclinável patriotismo. Façamos cultivo e façamos também futuro! Escutemos Africa, satisfaçamos Africa, missionemos Africa, que nos implora o baptismo da civilisação.

Podemos acrescentar mais alguns elementos a esse debate e lembrar que o século XIX foi o período de eclosão das teorias raciais<sup>6</sup>, o que se estendeu até o século XX. Assim, quanto a reflexão intelectual e discurso político, essa fase foi marcada por forte influência do racismo científico.

O progresso do racionalismo e do espírito científico permite abandonar as noções fantasiosas e até mesmo supersticiosas, estimulando acirrados debates sobre as diferenças humanas e culminando na definição de determinadas concepções que, mais tarde, no século XIX, viriam a exacerbar os preconceitos de raça e de cor.

O termo "raça" passa a ser utilizado para designar a ideia de diferenças físicas e biológicas transmitidas hereditariamente e sua potência conformadora de diferenças intelectuais e morais. Desdobramentos da ideologia racial no imaginário popular podem ser constatados no discurso de professores ainda no século XXI.

Em relação ao contexto cabo-verdiano, consideramos relevante destacar trabalhos que se debruçaram sobre o século XIX, ainda que em análises focalizando a literatura. Nessa direção, é-nos de grande valia a contribuição de Cordeiro (2011) a este debate. A autora chama a atenção para o lugar ocupado pelos intelectuais cabo-verdianos no processo de formação da criouldade cabo-verdiana no século XIX. Seu foco principal é a exaltação da criouldade em oposição à negritude africana, muito presente nas obras analisadas por ela, além do imaginário sobre a África subjacente às narrativas que refletiam um olhar europeu sobre África e que supostamente teria encontrado terreno fértil em um ambiente insular em que os laços familiares e culturais dos africanos escravizados com a África haviam sido há muito cortados.

A África refletida nas obras dos intelectuais cabo-verdianos do século XIX era mais tributária de narrativas fantasiosas de febres, guerras e outras imagens desabonadoras do continente africano do que propriamente de um conhecimento profundo do continente negro. Este era tido como a representação do atraso e da não civilização, em oposição ao conhecimento racional e científico

<sup>5</sup> Cf. ALMANACH Luso-Africano ilustrado para 1895. Coimbra: Edições Almedina: Clepul, 2011.

<sup>6</sup> Seguindo formulações racialistas, postulavam os teóricos em seus estudos a existência de três raças: a branca, a negra e a amarela; na hierarquia, classificadas respectivamente como superior, intermediária e inferior. No topo da escala, estaria a raça superior (representada pelos brancos), seguida da intermediária (representada pelos amarelos) e, no patamar mais baixo, a raça inferior (representada pelos negros). A base ideológica do racismo supunha uma nova concepção de hereditariedade biológica, entrelaçada com uma compreensão das possibilidades de um povo. O principal dogma do racismo afirma a desigualdade entre as raças humanas, e essas desigualdades são expressas em termos de inferioridade e superioridade. Assim, a própria Ciência se encarregou de justificar o escravismo pela instituição da hierarquia das raças.

europeu que despontava (Cordeiro, 2011, p. 44).

Conjugado às interdições constantes às manifestações das culturas africanas dos africanos escravizados, bem como à interdição ao uso de suas respectivas línguas e religiões que eram uma constante no período colonial, o cabo-verdiano, ao longo da história, construiu sua identidade através de uma tentativa explícita de aproximação ao modelo europeu de ser e estar no mundo, até mesmo como forma de encurtar a distância entre o ser português das colônias e o da metrópole. Os processos discriminatórios eram comuns, e o tratamento diferenciado pela metrópole, percebido claramente pelos cabo-verdianos; tudo isso contribuiu para pavimentar os esforços de aproximação que custaria a esse povo sua originalidade, transformando-os em portugueses de segunda classe.

Embora importante para a formação das identidades, pois foi o século em que se assistiu ao declínio das sociedades escravocratas e uma inevitável e conseqüente busca por uma identidade nacional em vários países, o século XIX foi também decisivo para o arquipélago de Cabo Verde no processo de formação da sociedade cabo-verdiana como ela hoje se apresenta. Foi o momento em que se verificou um empobrecimento das elites brancas e grandes proprietários de terra, destacando-se uma elite mulata. Foi quando se acentuou a consciência da diferença e a busca pela afirmação de um "nós cabo-verdiano", os da terra, distinguindo-se dos "eles metropolitanos".

Em resumo: a formação da identidade cabo-verdiana se afirmou e foi-se delineando por constantes exaltação e elogio do povo cabo-verdiano, pelo enaltecimento da nossa criouldade, da nossa beleza crioula e pela constante ênfase à singularidade das ilhas como insulares. E arre-mata Cordeiro (2011, p. 41):

A identidade resulta do confronto que nasce de uma situação relacional, isto é, a partir das diferenças que opõem grupos que estão em contato, pois é nessa oposição que uma identidade vai tomando forma. No caso cabo-verdiano ela teve-se de formar pela oposição ao europeu e ao africano, num processo de muitas inclusões e de exclusões. Inclusão

pela retórica liberal da igualdade entre todos e exclusão pelas práticas racistas e escravagistas. Inclusão pela defesa do modelo de um império colonial uno e integrador e exclusão pelo estatuto de indígena. Não serem considerados africanos por estarem distantes de uma África sem civilização, sem escolarização preñe de violência.

Interessante frisar aqui a representação da identidade cabo-verdiana através da exaltação da beleza crioula, por se revelar esta como um prenúncio de uma posição de negação velada da África e dos africanos. Posição que nos remete a Maturana (2001), para quem é importante se contrapor ao discurso meramente racional que tem dominado o campo científico; ele propõe uma revisão das premissas de nossa compreensão dos fenômenos sociais, em que o conhecimento puramente objetivo, factual e racional se entrelaça com outros aspectos constitutivos da vida humana: os afetos, as emoções, as crenças, os pressupostos tácitos, as concepções, os desejos e as fantasias que anulam, por fim, a suposta neutralidade científica.

E é nesta direção de colocar na berlinda esse tipo de pensamento que se configura como eloquente o relevo dado à beleza crioula em comparação com as belezas africanas, na composição das personagens em obras de alguns expoentes literários desse período. Como exemplo, transcrevemos trecho da obra de Arteaga de Souto Maior, citado por Cordeiro (2011, p. 53):

Lúisa, era uma elegante crioula. Alta e de porte majestoso [...] as mãos delicadas e finas, os lábios pequenos, o nariz aquilino e os olhos vivos e insinuantes, afastavam dela o tipo de raça africana, que só de denunciava pela cor um pouco trigueira e acetinada.

Em texto não menos interessante, Euridice Monteiro (2016) destaca a questão da representação da mulher cabo-verdiana em narrativas ficcionais que constituem o imaginário do homem europeu, como também de africanos sobre as mulheres negras, principalmente das "crioulas" de Cabo Verde. Aponta a autora, em determinado trecho indicativo de uma exaltação às maravilhas da mestiçagem, que um autor anônimo brasileiro teria se referido da seguinte forma às mulheres

de Cabo Verde: "Elas não são negras como as vizinhas senegalesas, são marrons, ou castanhas como preferem elas. E lindas. As cabo-verdianas são lindas. Uma espécie de Sônia Braga bem queimada". Tais referências, acrescidas a outras relativas a autores cabo-verdianos e portugueses, denotam uma visão da mulher cabo-verdiana como exótica e portadora de um erotismo exacerbado, o que acaba reduzindo-a a um objeto sexual (Revista Buala, 2012).

E, para completar, vale a pena acrescentar uma frase indicativa da visão sobre a suposta superioridade dos cabo-verdianos, em relação aos nativos do continente, que repercute até os dias de hoje no imaginário do cabo-verdiano:

Os cabo-verdianos são ótimos estudantes porque amam o saber e aspiram a mais largos horizontes de vida. [...] Se as suas aptidões intelectuais as distinguem, as suas qualidades físicas não são menores. Rapazes fisicamente perfeitos, verdadeiros tipos eugênicos, esses alunos do liceu provam a excelência dos processos portugueses de colonização (Revista Buala, 2012)<sup>7</sup>.

As origens da dificuldade do cabo-verdiano em se ver como africano e até mesmo como negro – comportamento tido por muitos como racista e discriminatório em relação aos imigrantes africanos – podem estar relacionadas, portanto, aos elementos ora delineados, e também a outros que não cabem aqui nos limites deste artigo. Ou seja, tal comportamento também está atrelado ao denominado "enquadramento português" que alterou profundamente a herança africana de Cabo Verde, além de evidenciar um processo complexo de produção de identidade que é histórico.

Nesse enquadramento colonial português, a educação não ficou de fora. Desde os primórdios, a Igreja Católica teve um papel preponderante na transmissão de valores e tradições ocidentais. A religião católica e o sistema educacional fizeram de Cabo Verde uma entidade bem distinta na África, em um processo ideológico em que se buscou erigir o império português, sem incorporar

a história dos povos colonizados, oferecendo-lhes apenas a história e a geografia de Portugal. Assim ratifica Rodrigues:

*The education system, whose teachers tended to be trained in Portugal (even when Capeverdian) emphasized the history of Portugal, the maritime 'discoveries' as if Cape Verde was indeed closer to Lisbon than to West Africa. In a lecture given to the High School Students in São Vicente island by the teacher Simão José Barbosa, the 'we' stands for Portuguese, and despite criticism of the colonial administration, the educational colonial system taught Capeverdeans to see themselves as part of Portugal (2002, p. 63).*

Tidos como elementos intermediários no diálogo entre a Metrópole e as outras colônias portuguesas na África, os cabo-verdianos com instrução eram recrutados para colaborar com a administração colonial no seu projeto civilizacional. Não raro eram difundidas ideias sobre a suposta superioridade do cabo-verdiano em relação aos "pretos", fato muito bem evidenciado por alguns autores. Em síntese: o cabo-verdiano aprendeu a se ver distinto dos africanos e, conseqüentemente, do cabo-verdiano de pele mais escura.

Acrescenta ainda essa autora que o Cabo Verde independente ainda deve gerir a herança colonial na busca pelas raízes e por uma história comum com a África. Tal herança compreende esmiuçar as desigualdades sociais, além de não negligenciar a percepção racial da sociedade por trás da política colonial, cujas raízes se estendem até a contemporaneidade – práticas sociais indissociadas de uma ideologia racial que a colonização portuguesa desenvolveu no século XIX, sustentada, embora não explicitamente, em premissas de uma nascente ideologia das raças com pretensões científicas. Essas hierarquias social e racial estão presentes no seio da população e, possivelmente, impregnam a criouldade cabo-verdiana.

Negado por parte da intelectualidade cabo-verdiana, o racismo é um fenômeno ainda pouco explorado. Ora negado pelos defensores do crioullismo, com o argumento de que o problema

<sup>7</sup> Cf. Documentário "Cabo Verde – Ilhas Crioulas", de 1945. 30 min. Disponível em: [https://www.imdb.com/pt/title/tt0037814/technical/?ref=tt\\_spec\\_sm](https://www.imdb.com/pt/title/tt0037814/technical/?ref=tt_spec_sm). Acesso em: 15 maio 2025.

da negritude em Cabo Verde não se põe, e pouco explorado pelos estudiosos das questões sociais cabo-verdianas, o racismo ainda vai carecendo de mais elementos para sua compreensão. Em nota de rodapé, assim arremata Camilo Leitão Querido da Graça (2007, p. 65): "É conhecida a relutância em Cabo Verde da abordagem racial, quando se trata de compreender os fenômenos sociológicos em Cabo Verde, como se o racismo fosse algo totalmente alheio à sociedade cabo-verdiana".

Após a independência política de Cabo Verde, em 1975, o sentimento de nacionalidade passou a adquirir nova configuração mediante a relação estreita que começou a ser estabelecida entre a afirmação política de que se reveste a independência e o sentimento nacional que, juntos, contribuem para reforçar a identidade nacional do País. Esse sentimento daria lugar a essa nova identidade que procura se sustentar também através de uma dimensão libertadora da literatura cabo-verdiana e em outros movimentos nos quais aos poucos vão se desvelando indícios de preservação das manifestações da cultura de origem africana perseguidas durante o regime colonial.

Foi sobretudo na década de 1990, com a abertura política, que as expressões da cultura de matrizes africanas como *batuko*, *funaná* e *tabanka* e outras manifestações da cultura africana na cultura cabo-verdiana passaram a ser valorizadas e disseminadas. Nessa perspectiva, a intelectualidade cabo-verdiana mais ligada ao que Graça (2007) denomina "regionalismo africano" aponta que a mestiçagem do cabo-verdiano estaria mais para cultural do que propriamente étnica, uma vez que o cabo-verdiano seria etnicamente mais negro na sua maioria. É quando a "crioulidade", embora ainda apresentando-se como hegemônica, entra em conflito com o poder instituído.

Embora acreditemos que as identidades culturais não sejam fixas e nem estejam suspensas em um passado essencial, mas sim sujeitas ao jogo contínuo da história, da cultura e do poder, ainda hoje essa dificuldade está posta, embora perceba-se que ela tenha se tornado mais com-

plexa, não só em Cabo Verde, como também no mundo contemporâneo.

Alguns movimentos de diáspora da atualidade, por exemplo, não aceitam o discurso de afrocetricidade e preferem defender uma identidade mais híbrida, em um mosaico cultural e racial. Outros defendem a volta à mãe África, talvez em busca de uma essência africana que nunca existiu, tendo em vista que a identidade não é uma essência e sim uma construção social. Além disso, vale destacar que, diante da diversidade de povos e nações, não existe uma identidade africana mas, sim, várias identidades.

Como resolver essa difícil equação? Cremos que o importante aqui seja compreendermos que essa homogeneização crioula não se deu de forma pacífica e harmoniosa, como muitos fazem crer, e buscamos adentrar mais criticamente nos meandros desse processo histórico de negações. Há quem aposte na valorização da nossa ancestralidade por muito tempo emudecida e desvalorizada em prol do elemento branco, mas sem descuidar do fato de que a identidade não é fixa: é um processo político.

Seja qual for a polêmica no debate sobre a criouldade cabo-verdiana, o importante aqui é considerar, a partir das contribuições de vários autores, que o processo de identificação é fruto tanto de decisões individuais, nas quais cada uma marca sua personalidade, como também é imposto de fora: pela hereditariedade familiar, pela educação, pela comunidade e outras influências sociais. Ao mesmo tempo, importa compreender que, no mundo globalizado, as novas reflexões teóricas sobre a questão da identidade resultam da necessidade de se compreender os novos sentidos atribuídos a essas diferentes sociabilidades.

O racismo que se apresenta hoje no mundo não é mais aquele que imperou até a década de 1970, o auge da descolonização. Em virtude da mundialização do capital e da intensificação do fluxo das migrações das ex-colônias para os países ricos, como os da Europa e Estados Unidos, ganha força a xenofobia que não é mais do que outra face de racismo. Todavia, embora

assumindo características diferentes no mundo contemporâneo, o racismo ainda sobrevive, tem ligações íntimas com a colonização e é realimentado no bojo de outras relações econômicas, culturais e políticas, indo além de um discurso doutrinário, chamado "racialismo" ou "racismo científico".

### Um olhar para as escolas e os mecanismos de inclusão da diversidade

A fim de buscarmos capturar as lutas miúdas, como complemento aos documentos oficiais, tivemos oportunidade de conversa, em duas ocasiões, com a Diretora Nacional de Educação de Cabo Verde, sobre: possíveis abordagens interculturais e antirracistas na educação no País; estudos referentes ao continente africano e as diversas culturas; estudos sobre diferenças e diversidade na educação; possíveis políticas emanadas pelo Estado cabo-verdiano. A conversa fez-se interessante, porém, muitas vezes, matizada por respostas vagas.

No período de coleta de dados ainda em Cabo Verde, fizemos várias incursões por escolas da cidade da Praia: conversamos com professores, diretores e coordenadores pedagógicos. No ano de 2020, em virtude da pandemia de Covid-19, as atividades de pesquisa foram suspensas e o trabalho ficou restrito ao formato remoto. A liberação para terminar a coleta de dados foi concedida a partir de 11 de outubro de 2021, tendo sido, pois, concluída em 31 de janeiro de 2022.

Nossas visitas foram de forma regular a duas escolas localizadas na cidade da Praia, onde realizamos rodas de conversa com professores de Ciências Integradas do 4º ano da Educação Básica; professores de História, Geografia, Língua Portuguesa e Língua Francesa de 5º e 6º anos da Educação Básica; entrevistas com a Diretora e a Coordenadora Pedagógica, bem como com outro professor responsável pelo chamado "Programa de Apoio Estudantil".

As visitas aconteceram ao longo dos meses de outubro e novembro de 2021, e tiveram o objetivo de apreender as linguagens, as ações pedagógicas, as relações entre os sujeitos, o

acervo, as imagens nos murais e outros locais, buscando aquilatar o processo de interação entre os imigrantes e os nativos.

Em outros momentos, realizamos algumas entrevistas mais individualizadas com professores que teceram considerações em torno de: sua formação e questões relativas à África, prática pedagógica, questões relativas à identidade nacional, culturas africanas e cultura cabo-verdiana, relações com a Direção Nacional de Educação, autonomia docente, "crioulismo" e "africanismo", diversidade cultural, raça, racismo, existência ou não de políticas envolvendo a temática do racismo, integração dos imigrantes africanos.

Ao analisarmos a compreensão que a escola (os gestores e os professores) apresenta a respeito das relações entre os cabo-verdianos e os imigrantes africanos, sobre a diversidade socio-cultural em Cabo Verde e seus reflexos na escola, bem como as perspectivas para o enfrentamento do racismo pelo sistema educativo como um todo, podemos tecer alguns comentários provisórios que decorrem da análise das entrelinhas dessas falas, em confronto com os materiais e até mesmo com as falas de alguns alunos.

De uma forma geral, critica-se a escola acusando-a de reproduzir as mazelas sociais, mas as atitudes dos(as) professores(as) com quem conversamos e, mesmo as de alguns gestores, em alguns momentos, pareceram reflexos de certo conformismo e de pouca atuação política. Eles criticam o que denominam "imposição" de propostas curriculares, projetos, materiais ou outras por parte das instâncias superiores, alegando falta de diálogo entre a Direção Nacional de Educação e as escolas.

Questionam o que denominam "falta de democracia" na tomada de decisões sobre o trabalho a ser realizado nas escolas, na escolha dos manuais a serem utilizados; além de outros questionamentos que puderam ser percebidos de forma recorrente nas diversas falas. No entanto, essas mesmas falas nos pareceram prenes de contradições reveladoras de certa distância entre discurso e prática. O que estaria sustentando essa distância entre o que se defende no discurso e

a prática efetiva?

Alguns alegam que a escola cabo-verdiana precisa de mudanças urgentes, em vários aspectos, inclusive no tocante ao aspecto relativo à revisão dos pilares da nossa própria identidade, bem como no que concerne às demandas por educação das comunidades de imigrantes africanos no País. Para isso, sugerem mudanças nos currículos, para dar conta dessa diversidade cultural e de seus desafios, pela inclusão de temáticas relativas aos saberes locais e de raízes africanas, bem como de temáticas candentes na sociedade, que precisam ser de domínio dos alunos, na busca pelo desenvolvimento de uma consciência mais crítica da sociedade cabo-verdiana e do mundo.

Assinalam, ainda, que essa mudança precisa ser feita não individualmente, como alguns já tentam fazer em suas próprias disciplinas, mas coletivamente. Ou, então, que aqueles que definem as políticas comecem por agregar os pontos de vista daqueles que estão lá na ponta do processo e que são responsáveis por fazer com que essas mesmas políticas sejam efetivadas na prática. Sobre essa questão relativa à mudança da escola pela mudança dos currículos escolares em Cabo Verde, tecemos algumas considerações a seguir.

Percebemos, nas falas, que a questão da imposição nos remete à imperiosa necessidade de se pensar na recuperação da autonomia do(a) profissional da educação, e que essa é uma medida inadiável e urgente. Especificamente quando se trata das questões relacionadas à inclusão de alguns temas – os preconceitos, a exclusão social, os racismos, as discriminações e correlatos – em propostas curriculares, em materiais didáticos, essas mesmas falas, ainda que matizadas aqui e ali por algumas contradições, foram indicativas de que essa é uma questão importante para os(as) professores(as).

Outro aspecto que ficou bastante claro na análise geral das falas, e que é transversal a todas elas, é quanto à distância entre o discurso calcado em uma formação supostamente mais conectada, ainda que não oficialmente, com as questões atuais e candentes do nosso tempo, e

as diretrizes emanadas pelas instâncias formuladoras das políticas educativas. Ou seja: de um lado, estariam as instituições de formação desses profissionais; de outro, o Ministério da Educação, com suas políticas supostamente desconectadas e desatualizadas no que diz respeito a essas questões.

Nas entrevistas, isso é notório. Muitos, em resposta, perguntam: "Até que ponto o professor pode ter uma prática diferente, até mesmo por força de conhecimentos adquiridos no seu processo de formação, que ele considera atuais e pertinentes no mundo que vivemos, se o próprio Ministério da Educação, os documentos oficiais, as diretrizes propõem uma outra prática ou então não demonstram dar a importância devida ao assunto?"

Se lançarmos um olhar mais detido, como ora já avançamos, para a realidade concreta da escola, perceberemos que, diante das imposições, alguns professores podem até aparentemente aceitar as determinações, segundo eles, "autoritárias" do Ministério da Educação, inclusive reproduzindo fielmente as lacunas, os silêncios, as ausências e possíveis distorções, sem questionamento. De outro lado, existem aqueles (poucos) que afirmam pura e simplesmente que não executam nada ou quase nada do que vem de cima sem diálogo.

Propostas curriculares e alguns projetos são simplesmente ignorados; e os ignoram porque não tiveram participação na sua elaboração. Então, parece que a questão que está anunciada nas entrelinhas dos discursos sobre a inclusão ou não das temáticas das diferenças socioculturais e correlatos começa pela análise crítica da questão do respeito ao professor como profissional que é capaz de ser autônomo no seu projeto de trabalho.

Outro ponto importante a se destacar nesse momento é quando se trata de formação inicial e/ou continuada. Os professores até apontam para a atualidade e a relevância das questões por nós colocadas; assinalam que na sua formação tiveram algum conhecimento sobre elas. No entanto, contraditoriamente, alguns alegam não ter

preparo suficiente para esse trabalho, seja pela ausência de diretrizes do Ministério da Educação de Cabo Verde, seja por inércia, seja mesmo por outras razões alegadas, como a inexistência de programas de formação continuada e de atualização contemplando esses temas.

A questão das mudanças do currículo escolar como fator propulsor de mudanças na escola pode ser um elemento importante, porém não é suficiente para dar conta de certas questões, temáticas cuja complexidade extrapolam a questão normativa, embora não prescindam dela: condições estruturais, pedagógicas, políticas educativas, formação do profissional da educação, mudanças na postura desse profissional, como cidadão, seu envolvimento em movimentos que dão conta da discussão dessas problemáticas, um debate amplo na sociedade e outras medidas.

Os materiais didáticos também parecem traduzir uma visão mais universalista e homogeneizadora. Nas imagens contidas nos manuais escolares, por exemplo, percebemos representações de pessoas de pele mais clara e outras mais "morenas", que poderíamos denominar "crioulas", em alusão apenas à realidade de certo grupo de cabo-verdianos nativos, mais miscigenados.

Os outros nativos, os de pele mais escura, que um olhar superficial já identifica como presença majoritária na cidade da Praia e que estão aí nas escolas, os imigrantes da costa africana, esses, por acaso, se sentem representados? O que estaria respaldando a centralidade das imagens de pessoas "morenas" nos manuais escolares?

Nosso olhar sobre essa realidade, ainda que superficial, nos permite adiantar que é necessário que compreendamos os dois lados como construções possíveis e que podem fazer parte do contexto do País. Quem sabe essa contextualização não poderia estimular uma reflexão mais profunda e crítica sobre o processo de (re) construção da identidade do cabo-verdiano e suas relações com a África e com os africanos do continente? Ou seja, sobre como nos vemos e/ou aprendemos a nos ver, e a nossa relação com o outro.

E nessa direção, de buscarmos compreen-

der esse debate, apresentamos aqui, de forma resumida e bem genérica, nossa leitura sobre algumas contribuições que estudos que já se debruçaram sobre o tema nos trazem.

Emerge a necessidade de compreendermos e indagarmos a crença na suposta superioridade tanto racial como social do cabo-verdiano em relação aos outros africanos que reverbera na atualidade, que é histórica e foi reforçada por certa literatura e certa elite intelectual; essa crença estaria na base da recusa do cabo-verdiano em se ver como negro e mesmo como africano.

Destaca-se a importância de compreendermos que a História tem uma história e que ela tem sempre mais de um lado. Para isso, precisamos escovar nossa "história a contrapelo", como nos sugere Benjamin (1994). E, nessa direção de garimpar o que ficou nas margens da história oficial, apontam alguns estudos também para os mecanismos ideológicos que estariam na base de certas interpretações da história do País, entre eles aqueles que se relacionam a certa ciência das raças do século XIX, cujo discurso hierarquizante e desqualificador das culturas e cosmologias negras e africanas teria sustentado muitas posições políticas, bem como análises históricas e antropológicas.

Sobre o debate da questão da identidade cabo-verdiana, bem como as dificuldades do cabo-verdiano em se ver como negro e africano, há oscilações entre: de um lado, a reivindicação de uma peculiaridade sociocultural relativa à sua própria história e condição insular, que tornaria o cabo-verdiano não mais um africano e sim um crioulo; de outro, a busca pela ampliação dessa interpretação, acrescentando a ela uma dimensão mais crítica e de reconstrução de certo pertencimento negro e africano, apagado ao longo da história, por um processo natural, mas igualmente reforçado por vários mecanismos ideológicos, entre os quais a Educação e a Igreja.

Outras questões se colocam: diante da realidade cabo-verdiana, da problemática do racismo que está aí posta no cotidiano das pessoas e da escola, qual é o caminho para se dizer e afirmar a raça? Será que podemos pensar em *raça* em

Cabo Verde? Em que medida a questão da raça em Cabo Verde não está, em determinadas situações e em determinados contextos, muito perpassada pelo social?

Qual é o papel que deve caber à escola e aos sujeitos que nela atuam, no sentido de ultrapassar os racismos, as discriminações, os preconceitos em relação ao outro, em um contexto tensionado por conflitos que sobrevivem, muitas vezes, de forma sutil? Costuma-se afirmar que a educação é um dos importantes canais de mobilidade social, ou seja, quem tem acesso a uma educação de qualidade teria melhores condições de participar de um conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade. Embora encaremos com cautela essa afirmação, acreditamos que, no que diz respeito a essa questão, a educação é um dos elementos fundamentais para a transformação da realidade social, pois, ao encararmos o outro como legítimo na convivência, estamos provendo uma sociedade mais respeitosa do ponto de vista das diferenças e da inclusão.

Ainda como movimento complementar na busca de identificar pistas de movimentos sendo gestados com vistas ao desenvolvimento de projetos inclusivos da população de imigrantes africanos, também realizamos algumas visitas e conversas não menos interessantes, a saber: 1) representação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em Cabo Verde – o objetivo desse encontro foi verificar a existência de projetos que incluam a diversidade cultural presente em Cabo Verde, as questões relativas a ela, diálogos e parcerias com o Ministério da Educação, além de outras ações educativas propostas por essa representação local da Unesco; 2) conversa com a presidente da Alta Autoridade para a Imigração (AAI) de Cabo Verde, a qual nos concedeu uma longa entrevista em que explanou os planos e projetos que já foram colocados em prática, ainda que bastante incipientes, ou que ainda serão efetivados e que envolverão parcerias com o Ministério da Educação – tudo isso, em direção a se trabalhar mais e melhor a questão da diversidade cultural, as imigrações, as presenças estrangeiras e

seus conflitos, o acesso à língua oficial do País, a questão da educação intercultural, do racismo, da xenofobia e outras questões relativas ao tema; 3) visitas ao “site” da AAI para coletar mais informações sobre funcionamento, projetos e propostas dessa instituição responsável pela implementação de políticas para os imigrantes. Como resultado preliminar desse movimento citado e organizado pela AAI, foi-nos apresentado um caderno intercultural intitulado “Vamos falar de Imigração em Cabo Verde?”, como um produto decorrente das ações que vêm sendo empreendidas por essa instituição. A presidente destacou os constrangimentos impostos pela pandemia de Covid-19 à instituição, que limitaram o desenvolvimento e a implementação de vários projetos. E alertou que naquele momento a instituição encontrava-se em fase de reestruturação pós-isolamento em razão da Covid-19, ainda que a pandemia não estivesse totalmente controlada. Tudo isso, segundo a presidente, colocava a necessidade de uma retomada gradual e cautelosa das atividades. Anunciou, contudo, perspectivas alvissareiras para os próximos anos, em conjunto com o Ministério da Educação.

### Considerações finais

Com bases dados da pesquisa, no que diz respeito às questões da temática abordada, acreditamos que é preciso trabalhar para que a escola crie espaços de diálogo entre as diferentes experiências educacionais e culturais que estão acontecendo no seu seio e o conhecimento oficial, uma vez que essas, muitas vezes, não são reconhecidas na sua potência transformadora. Países como o escolhido para esta pesquisa apresentam uma história similar à do Brasil, relacionada à escravidão e a processos de busca de superação do racismo, de reconhecimento das diferenças e de reconstituição de identidades.

A pesquisa, em andamento, comporta uma dimensão de confronto, no sentido de sublinhar as diferenças e as confluências culturais e políticas entre os dois países, que não podemos escamotear. Além disso, a pesquisa tem-nos proporcionado a oportunidade de podermos

captar os movimentos instituintes que emergem no cenário educativo nesse país e em outros, que vêm dando um novo tratamento à questão das diferenças socioculturais e raciais, além do combate ao racismo, tendo em vista dar um peso maior às teses que defendemos.

## Referências

ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Século XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDRADE, E. S. *As Ilhas de Cabo Verde: da "descoberta" à independência nacional (1460-1975)*. Paris: Editions L'Harmattan, 1996.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2016.

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).

CABO VERDE. *Caderno intercultural: "Vamos falar de imigração em Cabo Verde?"* Alta Autoridade para a Imigração em Cabo Verde, 27 abr. 2021.

CABO VERDE. *Constituição, 1990*. Constituição da República de Cabo Verde. 2. rev. ordinária 2010. 4. ed. reimp. Praia: Assembleia Nacional, 2011.

CABO VERDE. *Plano Estratégico da Educação Nacional 2017-2021*. Ministério da Educação da República de Cabo Verde, 2016.

CORDEIRO, A. "Nós cabo-verdianos": representações da identidade nos textos literários do século XIX. In: RIBEIRO, M. C.; JORGE, S.R. *Literaturas insulares: leituras e escritas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*. Porto: Edições Afrontamento, 2011.

FOSTER, E. da Luz. S. *Garimpendo pistas para desmontar racismos e potencializar movimentos instituintes na escola*. Curitiba: Appris, 2015.

GRAÇA, C. Q. L. da. *Cabo Verde: formação e dinâmicas sociais*. Praia: LLPC Editor, 2007.

HORTA, V. M. M. *O olhar sobre o africano: a África no imaginário cinematográfico português. Dos anos 30 a 50*. Dissertação (Mestrado em História da África) – Faculdade de Letras, Lisboa, 2001. v. I.

LINHARES, C. *Experiências instituintes em escolas públicas e formação docente*. Rio de Janeiro: UFF, 2006. Projeto de pesquisa.

MATURANA, H. R. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MELUCCI, A. *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2005.

MOASSAB, A. *Território e identidade em Cabo Verde: debate sobre a (frágil) construção identitária em contextos recém-independentes no mundo globalizado*. Lisboa, 2013. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/autor/andreia-moassab>. Acesso em: 10 set. 2023.

MONTEIRO, E. F. Crioulidade, colonialidade e gênero: as representações de Cabo Verde". *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 983-996, dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v-24n3p983>. Acesso em: 12 jan. 2024.

NOTÍCIAS DO NORTE. Disponível em: <http://noticias-donorte.publ.cv/15785/africanos-no-mindelo-do-outro-lado-do-muro-existe-gente-com-nome/>. Acesso em: 10 set. 2023.

OLIVEIRA, M. M. de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

REVISTA BUALA. Lisboa, maio 2012. Disponível em: <http://www.buala.org>. Acesso em: 10 set. 2023.

ROCHA, E. V. *Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm de África: xenofobia e racismo em Cabo Verde*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Cabo Verde, Praia, 2009.

RODRIGUES, I. P. de B. *Crafting nation and creolisation in the islands of Cap Verde*. Thesis – Brown University, Providence, 2002.

SOUZA, N. S. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

---

## Eugénia da Luz Silva Foster

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Fluminense (UFF), com pós-doutorado em Educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professora associada da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Atua no Mestrado em Educação (PPGED/UNIFAP) e no Doutorado em Educação da Amazônia (EDUCANORTE). Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Interculturalidade e Relações Étnico-Raciais (UNIFAP/CNPq).

---

## Elivaldo Serrão Custódio

Doutor em Teologia pelas Faculdades EST, em São Leopoldo (RS). Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Professor adjunto da Universidade do Estado do Amapá (UEAP). Professor no Mestrado Profissional em Matemática da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Líder e fundador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Etnomatemática, Cultura e Relações Étnico-Raciais (GEPECRER). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Educação, Interculturalidade e Relações Étnico-Raciais (UNIFAP/CNPq).

---

## Endereço para correspondência

### **EUGÉNIA DA LUZ SILVA FOSTER**

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), PPGED  
Rod. Josmar Chaves Pinto, km 02 - Jardim Marco Zero,  
68903-419  
Macapá, Amapá, Brasil

### **ELIVALDO SERRÃO CUSTÓDIO**

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), PROFMAT  
Rod. Josmar Chaves Pinto, km 02 - Jardim Marco Zero,  
68903-419  
Macapá, Amapá, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.*